



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Estudo Técnico Preliminar, em obediência ao Inciso I, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objetivo planejar, descrever e analisar a necessidade, interesse público, evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução demonstrando a viabilidade técnica e econômica para contratação, fornecendo subsídios para elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência, caso se conclua pela sua viabilidade.

Este documento integra a fase de planejamento das contratações públicas, constituindo importante mecanismo de controle da eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, a partir da identificação das necessidades do ente, análise da viabilidade e razoabilidade da contratação, apontamento das possíveis soluções, análise de impacto ambiental, descrição fiel dos produtos, informações orçamentárias, dentre outros.

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR tem por objetivo a definição precisa dos objetos a serem licitados, apresentando subsídios necessários, a fim de deflagrar procedimento licitatório visando subsidiar solução apropriada para perfeita execução do objeto intentado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente prospecto.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 318/2026

2. DAS UNIDADES REQUISITANTES

UNIDADE DEMANDANTE	RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL E TRABALHO	MARCO AURÉLIO RODRIGUES PINTO

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO A PRETENSA CONTRATAÇÃO

Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- **LEI FEDERAL Nº 14.133/2021** - LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
- **DECRETO Nº 9.592/PMC/2024** - REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES





CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;

- **LEI Nº 6.938/81** - POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA;
- **PORTARIA Nº 448 DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA** - (DISPÕE O QUE SÃO MATERIAIS PERMANENTES);
- **LEI Nº 3.696/PMC/2016** - DISPÕE DO TRATAMENTO FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.350/PMC/2019;
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006** - INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014;
- **LEI Nº 8.078/1990** - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2024/PMC** - ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP'S PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, ARTAQUIAS E FUNDOS.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2024/PMC** - REGULAMENTA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE CACOAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 167 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, NO ÂMBITO DA SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÕES DE CACOAL.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2024/PMC** - DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2024/PMC** - REGULAMENTA NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS, O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, PREVISTO NOS ARTS. 82, 83, 84, 85 E 86 DA LEI Nº 14.133/2021.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010**, DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS.

4. DO OBJETO E OBJETIVO

4.1. DO OBJETO:

1.1. Análise de viabilidade e levantamento de prospecção de mercado quanto a soluções





aplicáveis às demandas de CESTAS BÁSICAS, CESTAS DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL E COLCHÕES, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST, bem como de seus programas socioassistenciais, em especial os executados no âmbito do CRAS e CREAS, com a finalidade de prestar assistência às famílias carentes em situação de vulnerabilidade social em caráter assistencial ou calamidade pública.

4.2. DO OBJETIVO:

Assegurar suporte ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST, bem como de seus programas socioassistenciais, em especial os executados no âmbito do CRAS e CREAS, visando à garantia da segurança alimentar, das condições mínimas de higiene, do acolhimento e da dignidade das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e calamidade pública.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 DA NECESSIDADE:

A provisão de cestas básicas, kits de higiene pessoal e colchões é essencial no contexto da Política de Assistência Social, uma vez que tais materiais são indispensáveis para garantir a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST e de seus respectivos programas e serviços socioassistenciais. Esses recursos são fundamentais para o atendimento contínuo de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, tanto nas demandas regulares quanto em situações excepcionais, como emergências e calamidades públicas.

Diante do aumento do número de famílias em situação de vulnerabilidade social no município, bem como da ocorrência de eventos adversos, como desastres naturais e enchentes, torna-se imprescindível fortalecer a capacidade de resposta imediata da assistência social, assegurando a oferta de alimentos e itens essenciais à população que, temporariamente, encontra-se privada de condições mínimas de subsistência. A melhoria da qualidade da assistência humanitária contribui para a proteção social, a redução de danos e a preservação da dignidade humana.

Os itens objeto desta aquisição são indispensáveis para a execução das ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, especialmente por meio dos serviços ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,





que realizam atendimentos a famílias em situação de insegurança alimentar, vulnerabilidade extrema, risco social, violação de direitos e em contextos emergenciais. Dessa forma, a aquisição dos itens ora propostos revela-se imprescindível para a manutenção das ações executadas pela SEMAST, assegurando o atendimento adequado e contínuo às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, em consonância com o interesse público, os princípios da dignidade da pessoa humana e as diretrizes da política pública de assistência social.

5.2 DA JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

A aquisição de cestas básicas, cestas de higiene pessoal e colchões têm por objetivo atender a necessidades essenciais da população, promovendo a proteção social e a garantia de condições mínimas de dignidade humana.

Os itens destinam-se ao atendimento de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, seja de forma temporária ou contínua, bem como ao suporte em situações emergenciais, excepcionais ou decorrentes de eventos imprevistos, a exemplo de calamidades públicas.

As cestas básicas têm a finalidade de assegurar o acesso à alimentação adequada, enquanto os kits de higiene pessoal contribuem para a manutenção da saúde, do bem-estar e da prevenção de agravos. Os colchões visam proporcionar condições mínimas de repouso, acolhimento e proteção em contextos que demandem atendimento imediato.

Dessa forma, a presente aquisição atende ao interesse público ao possibilitar a atuação do Poder Público na resposta às demandas sociais, garantindo a continuidade de ações voltadas ao amparo, à assistência e à melhoria das condições de vida da população, em observância aos princípios que regem a administração pública e às políticas sociais vigentes.

6. DA PROSPECÇÃO DE MERCADO/DEMONSTRAÇÃO DE SOLUÇÃO ADEQUADA

Dada a natureza dos materiais comuns em questão, observa-se uma ampla variedade de empresas atuantes no mercado que oferecem tais produtos. Esta diversidade intensifica a competição entre fornecedores e, por conseguinte, facilita a seleção daquele que melhor atende às necessidades da Administração de forma abrangente e satisfatória.

Nesse contexto, transcorremos os recursos mercadológicos aplicáveis a demanda ora evidenciada:

6.1. DAS SOLUÇÕES MERCADOLÓGICAS:

SOLUÇÃO 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS





PLEITEADOS:

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento dos materiais requisitados, por meio de processo licitatório que assegure a aderência do perfil mercadológico da contratada às necessidades específicas da Administração Pública.

A forma de aquisição exposta permite que a disponibilização dos produtos seja ininterrupta, esquivando eventualidades que comprometam as benesses exercidas em prol da coletividade.

Além disso, tratando-se de uma demanda em itens e estimativa de desembolso, entende-se por melhor se amoldar em contratação através de Sistema de Registro de Preços, por forma que esteja assegurada a fomentação da política de estoque, consequentemente a ininterrupção das práticas volvidas à sistematização de suporte às atividades assistenciais.

SOLUÇÃO 02 - SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA:

Embora um sistema de arrecadação e distribuição comunitária através de Centros de Assistência Municipal tenha vários benefícios, há desafios significativos que podem comprometer sua eficácia, como a capacidade limitada. Centros de assistência podem ter espaço limitado e infraestrutura inadequada para armazenar grandes quantidades de produtos, especialmente em épocas de alta demanda. Além disso a adequação das instalações precisa garantir a segurança e a qualidade dos produtos, o que pode ser um desafio, principalmente por se tratar de para itens perecíveis e produtos de higiene. Outro fator a ser analisado é a dependência de voluntários, que pode resultar em variabilidade na qualidade e na continuidade do serviço, além de exigir uma coordenação e treinamento significativos. Também a dependência de doações para manter o estoque pode ser instável, com variações significativas na quantidade e qualidade dos produtos recebidos, além de que as campanhas podem gerar custos adicionais para a prefeitura, que podem não ser sustentáveis em longo prazo.

Enquanto o Sistema de Arrecadação e Distribuição Comunitária através de Centros de Assistência Municipal tem o potencial de beneficiar a comunidade, esses desafios devem ser cuidadosamente considerados e abordados. Para que esse sistema funcione efetivamente, é necessário um planejamento robusto, infraestrutura adequada, mecanismos de controle rigorosos e um forte envolvimento da comunidade. Se esses aspectos não forem devidamente geridos, a eficácia do sistema pode ser comprometida.





7. DO RESUMO QUANTO À SOLUÇÃO MAIS EFICIENTE E VANTAJOSA:

SOLUÇÃO 01: Dentre as soluções descritas no decorrer do levantamento de mercado, notou-se que a contratação de instituição provida de evidente especialização e corpo técnico compatível com o objetivo pretendido expressa na SOLUÇÃO 01, possivelmente seria o recurso mais eficiente e vantajoso para plena satisfação do objeto pretendido.

8. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em consideração a solução eleita a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento por meio de licitação Sistema de Registro de Preço na modalidade pregão eletrônico tipo menor preço por item, fundamentado na Lei nº 14.133/2021- Institui normas para Licitações e Contratos Administrativos. O SRP proporcionará eficiência administrativa, reduzirá o número de licitações, possibilitará a compra progressiva, atenderá distintas unidades, reduzirá custos operacionais e sintetizará o fluxo de processos. Acentuam-se as escalas as vantagens:

- **Economia de Recursos Públicos:** O pregão eletrônico permite uma ampla competição entre os fornecedores, o que pode resultar em preços mais baixos para a administração pública. Isso proporciona economia de recursos que podem ser direcionados para outras necessidades dos serviços públicos.
- **Transparência e Legalidade:** O pregão eletrônico é conduzido de forma transparente, seguindo os princípios da legalidade e da publicidade. Isso garante que o processo de contratação seja realizado de acordo com as normas e regulamentos estabelecidos, prevenindo possíveis questionamentos posteriores.
- **Agilidade e Eficiência:** O pregão eletrônico é conhecido por sua agilidade e eficiência na realização de processos licitatórios. Isso permite que a contratação seja concluída em um tempo mais curto.
- **Flexibilidade na Contratação:** A modalidade de registro de preços oferece flexibilidade na contratação, permitindo que a administração pública adquira os produtos conforme sua necessidade ao longo do período de vigência da ata de registro de preços.
- **Garantia no fornecimento:** Ao estabelecer um contrato por meio do registro de preços, as secretarias têm a garantia de que serão abastecidas com os materiais solicitados de forma contínua, evitando possíveis interrupções no fornecimento.

Essas vantagens demonstram por que o pregão eletrônico - Registro de Preço do tipo menor preço por item é a melhor solução para atender o município, proporcionando economia, transparência e eficiência na contratação.





9. DAS ESPECIFICAÇÕES/ESTIMATIVADAS QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>CESTA BASICA DE ALIMENTAÇÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, PRÓPRIO PARA MONTAGEM DA CESTA BÁSICA, LACRADO COM FITA DE SEGURANÇA. CONTENDO OS SEGUINTE PRODUTOS:</p> <p>01 - PACOTE ACHOCOLATADO EM PÓ, PACOTE COM 400G 01 - PACOTE AÇUCAR CRISTALIZADO, SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, NA COR BRANCA. EMBALAGEM EM PIETILENO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA, PACOTE COM 2 kg 01 - PACOTE ARROZ AGULHINHA, TIPO 1, PACOTE COM 5 KG 01 - PACOTE BISCOITO TIPO MAISENA, PCT COM NO MÍNIMO 330 GRAMAS 01 - PACOTE BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER PACOTE COM NO MINIMO 330 G 01 - PACOTE CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO, EMBALADO, PURO, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ – ABIC, PACOTE COM 500G 01 - PACOTE FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, EMBALAGEM COM 1 KG 01 - PACOTE FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO, PACOTE COM 1 KG 01 - PACOTE FEIJÃO CARIOQUINHA, TIPO 1, PACOTE COM 1 KG 01 - PACOTE FUBÁ DE MILHO, EMBALAGEM COM 1 KG 01 - PACOTE LEITE EM PÓ INTEGRAL, PACOTE COM 400 G 01 - PACOTE MACARRÃO SEM OVOS, TIPO ESPAGUETE, PACOTE COM 500G 01 - ÓLEO DE SOJA REFINADO, FRASCO COM 900 ML 01 - PACOTE SAL REFINADO, IODADO PARA CONSUMO DOMÉSTICO, PACOTE COM 1 KG 01 - LATA DE MILHO VERDE COM NO MINIMO 170G 01 - SARDINHA COM MOLHO DE TOMATE COM NO MINIMO 125G 03 - GELATINAS SABORES VARIADOS (UVA, MORANGO E LIMÃO) COM NO MINIMO 20G</p> <p>TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES</p>	UND	1500	R\$ 166,06	R\$ 249.090,00
02	<p>CESTA DE HIGIENE EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, PRÓPRIO PARA MONTAGEMDO KIT DE HIGIENE, LACRADO COM FITA DE SEGURANÇA. CONTENDO OS SEGUITENS PRODUTOS:</p> <p>01 - PAPEL HIGIÊNICO, FOLHAS SIMPLES, 30M X 10 cm, PACOTE COM 04 ROLOS</p>	UND	2250	R\$ 36,44	R\$ 81.990,00





	03 - ESCOVAS DENTAIS, CERDAS DE NYLON MACIAS, CABO RETO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE CREME DENTAL, COM 90G 01 - SABÃO EM BARRA, PACOTE COM 05 UNIDADES 01 - ÁGUA SANITÁRIA DE ALTA QUALIDADE COM 1.000 ML COM TEOR DE CLORO 02 - SABONETES EM BARRA, NÃO RESSECA A PELE, POSSUI AÇÃO HIDRATANTE, COMBATE AOS RADICAIS LIVRES E PERFUMA SUAVEMENTE, 85G TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES				
03	COLCHÃO SOLTEIRO D20, MEDINDO NO MINIMO 0,78 CM X 1,88 MTS, COM 8 CM DE ESPESSURA	UND	250	R\$ 237,49	R\$ 59.372,50
COTA RESERVADA					
01	CESTA BASICA DE ALIMENTAÇÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, PRÓPRIO PARA MONTAGEM DA CESTA BÁSICA, LACRADO COM FITA DE SEGURANÇA. CONTENDO OS SEGUINTE PRODUTOS: 01 - PACOTE ACHOCOLATADO EM PÓ, PACOTE COM 400G 01 - PACOTE AÇUCAR CRISTALIZADO, SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, NA COR BRANCA. EMBALAGEM EM PIETILENO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA, PACOTE COM 2 kg 01 - PACOTE ARROZ AGULHINHA, TIPO 1, PACOTE COM 5 KG 01 - PACOTE BISCOITO TIPO MAISENA, PCT COM NO MÍNIMO 330 GRAMAS 01 - PACOTE BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER PACOTE COM NO MINIMO 330 G 01 - PACOTE CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO, EMBALADO, PURO, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ - ABIC, PACOTE COM 500G 01 - PACOTE FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, EMBALAGEM COM 1 KG 01 - PACOTE FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO, PACOTE COM 1 KG 01 - PACOTE FEIJÃO CARIOQUINHA, TIPO 1, PACOTE COM 1 KG 01 - PACOTE FUBÁ DE MILHO, EMBALAGEM COM 1 KG 01 - PACOTE LEITE EM PÓ INTEGRAL, PACOTE COM 400 G 01 - PACOTE MACARRÃO SEM OVOS, TIPO ESPAGUETE, PACOTE COM 500G 01 - ÓLEO DE SOJA REFINADO, FRASCO COM 900 ML 01 - PACOTE SAL REFINADO, IODADO PARA CONSUMO DOMÉSTICO, PACOTE COM 1 KG 01 - LATA DE MILHO VERDE COM NO MINIMO 170G 01 - SARDINHA COM MOLHO DE TOMATE COM NO MINIMO 125G 03 - GELATINAS SABORES VARIADOS (UVA, MORANGO E LIMÃO) COM NO MINIMO 20G	UND	500	R\$ 166,06	R\$ 83.030,00





	TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES				
02	CESTA DE HIGIENE EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, PRÓPRIO PARA MONTAGEM DO KIT DE HIGIENE, LACRADO COM FITA DE SEGURANÇA. CONTENDO OS SEGUINTES PRODUTOS: 01 - PAPEL HIGIÊNICO, FOLHAS SIMPLES, 30M X 10 cm, PACOTE COM 04 ROLOS 03 - ESCOVAS DENTAIS, CERDAS DE NYLON MACIAS, CABO RETO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE CREME DENTAL, COM 90G 01 - SABÃO EM BARRA, PACOTE COM 05 UNIDADES 01 - ÁGUA SANITÁRIA DE ALTA QUALIDADE COM 1.000 ML COM TEOR DE CLORO 02 - SABONETES EM BARRA, NÃO RESSECA A PELE, POSSUI AÇÃO HIDRATANTE, COMBATE AOS RADICAIS LIVRES E PERFUMA SUAVEMENTE, 85G TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES	UND	750	R\$ 36,44	R\$ 27.330,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 500.812,50

DA MEMORIA/HISTÓRICO DE CONSUMO:

O montante consolidou as quantidades anteriormente homologadas, conforme histórico gerado nos exercícios financeiros de 2023 e 2025, conforme memória de cálculo constante em processos correlatos, executados por esta Administração almejando assegurar e resguardar a inexecução das atividades das unidades em decorrência de indisponibilidade de insumos. Senão constatemos:

DESCRIÇÃO	ANO	MEMÓRIA DE CONSUMO
CESTA DE ALIMENTOS, KIT DE HIGIENE E LIMPEZA E COLCHÃO	2023	PE Nº 127/2023 R\$ 506.200,00
	2025	PE Nº 13/2025 R\$ 687.683,00

DA CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

O valor total estimado perfaz aproximadamente **R\$ 500.812,50** (Quinhentos mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), sendo que constitui mera previsão dimensionada.

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021.





Os valores dos objetos estão baseados em amplas pesquisas de preços realizadas com empresas do ramo local, Banco de preço. Assim restaram atendidos os preceitos da economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

O valor constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Administração Pública obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não consumo total do valor registrado.

10. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. De acordo com o art.40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10.2. Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, sendo dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo assim a ampla concorrência, tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU.

10.3. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de atender a necessidade da secretaria participante da pretensa licitação.

DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sabe-se que o registro de preço é uma das modalidades de escolha para as aquisições públicas pelas características que se impõem através do Art. 40, inciso II e Art. 82.

O registro de preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.



Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma de pregão presencial e eletrônico. Tal modalidade agilizou os processos licitatórios, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam no planejamento organizacional.

Isto posto, concluímos a luz do acima exposto que a forma legal e mais eficiente para o presente se justifica a necessidade do registro de preço para futura e eventual aquisição dos materiais em epígrafe.

11. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A ASSINATURA DE ARP/PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES

11.1 DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1.1 Configura-se a necessidade de elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da entrega do objeto, uma vez que, isso é fundamental para garantir que a infraestrutura das instalações esteja em conformidade, assegurando a segurança e a qualidade dos produtos.

11.1.2 Os objetos da presente contratação não apresentam peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

11.2 CONTRATAÇÕES CORRELATAS

11.2.1 Os materiais, por si só permite a sua execução, não sendo necessário proceder a contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que o engajamento planejado atende toda necessidade existente.

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ALINHAMENTO COM PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

12.1 Os objetos desta contratação encontram-se previstos no Plano de Contratação Anual - PCA e na Lei Orçamentária Anual-LOA do Município de Cacoal, conforme delineamento expresso em tópico especificado no Documento de Formalização de Demanda – DFD elaborado pela unidade demandante, conforme anexo aos autos.

UNIDADE GESTORA	001 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL/PMC
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	MATERIAL DE CONSUMO
ELEMENTO E SUB ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30.00.00





UNIDADE GESTORA	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACOAL/FMAS
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	MATERIAL DE CONSUMO
ELEMENTO E SUB ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30.00.00

13 DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento adotado de Menor Preço, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em decorrência do atendimento das especificações do objeto e das regras do certame.
- b) A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c) Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- d) Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas...), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.
- e) Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da ata de Registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- f) A empresa deve abster-se de subcontratar os serviços da presente licitação;
- g) A entrega dos materiais objeto dessa aquisição deverão ser executadas no prazo de 30 dias após o recebimento de requisição de NADs ou nota de empenho;
- h) Cumprir os prazos estabelecidos, deste termo e no edital, sob pena de sofrer as sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações;
- i) Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados no descritivo, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança (para aquele(s) produto(s) que houver) rompidos;
- j) Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto da presente contratação, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada, respondendo o município apenas e tão somente pelo pagamento dos serviços contratados e bens adquiridos;
- k) A contratada é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/prejuízos advindos da





presente contratação, devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços, responde pelos danos causados diretamente a contratada e/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto;

l) A disponibilidade dos materiais, ferramentas e mão de obras são de responsabilidade da contratada;

m) Toda despesa com transporte, tributos entre outros será por conta da contratada.

n) Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

o) Assegurar ao Município, durante o período de vigência da ata, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que o registrado;

p) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à entrega dos produtos;

r) Não será aceito em hipótese alguma, o objeto fora das especificações exigidas neste Termo de Referência;

s) Caso não seja possível a execução da entrega dos materiais na data prevista, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

t) Os materiais das cestas deverão ter validade de no mínimo 6 meses a contar da data da entrega, já os colchões de 12 meses.

14 DO MODELO DE EXECUÇÃO/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS. DO LOCAL/PRAZO

14.1. DO LOCAL/PRAZO:

Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central (telefone: 3907-4147), situado à Avenida Araçatuba nº 2296 – Bairro industrial/Cacoal-RO, observando o horário de expediente funcional (segunda à sexta feira das 7h30min às 12h- e das 14h às 17h) no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação. O contrato a ser assinado entre as partes terá sua vigência a partir de sua





assinatura, por um período de 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 84 caput e parágrafo único da Lei 14.133/2021.

14.2. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

O recebimento se dará por meio da Comissão de recebimento nomeada por meio de **portaria específica** que deverá certificar a nota fiscal, juntamente com o responsável pelo almoxarifado central atestando que todos os itens exigidos na especificação dos objetos/equipamentos estão de acordo com o fornecido pela vencedora do certame. Sendo da seguinte forma, conforme dispõe o inc. II do art. 140, da Lei 14113/2021:

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

II - em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

As comissões atuarão de acordo com os princípios da legalidade, transparência, eficiência e controle interno, promovendo a correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Registro de Preços, garantindo o cumprimento das normas legais e a adequada execução dos objetos contratados.

Os locais de entrega estão orientados a recusar a mercadoria na sua totalidade em caso de descumprimento desta norma, e a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para contratante. Todos os volumes entregues deverão ser identificados com etiquetas grandes e visíveis, que não devem ser coladas sobrepostas a outras informações.

15 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

15.1 REQUISITOS INTERNOS:

15.1.1 Competirá a contratante o encaminhamento de Nota de Empenho e designação de servidor para acompanhamento do recebimento dos materiais. Definição da quantificação e especificações dos materiais/serviços.

15.1.2 Definição do orçamento e do prazo de execução e condições de entrega dos materiais.

15.1.3 Definição de cláusulas e condições para a execução do objeto que possibilitem às empresas contratadas efetivar o planejamento para a execução em conformidade com a





logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de êxito a contratação.

15.2 REQUISITOS EXTERNOS:

15.2.1 As adjudicatárias deverão apresentar os documentos comprobatórios de certificação de habilitação e idoneidade, nos moldes do Art. 62 da Lei 14.133/2021.

15.2.2 A Contratada deverá fornecer os produtos em total conformidade com as especificações técnicas e demais exigências definidas no ETP, neste termo de referência e instrumento convocatório.

15.2.3 Os valores unitários contratados deverão cobrir todos os custos da Contratada relacionados ao fornecimento dos materiais.

15.2.4 Todas as despesas com transporte, tributos entre outros, correrão a cargo da contratada.

16 DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para aquisição do objeto deste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

17 DA DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

Conforme o § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o demonstrativo dos resultados pretendidos deve levar em consideração a promoção da economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em complemento a isso, o TCU, define que os resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação da solução, em termos de eficácia, eficiência, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da contratação.

Por meio da presente contratação pretende-se garantir, à unidade participante, a qualidade necessária para suprir as demandas que compõe suas respectivas atividades finalísticas de forma eficiente ao desempenho de suas missões institucionais, presando pelos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.





A proposta de contratação será vantajosa para a Administração Pública, pois permitirá a implementação de uma estratégia eficaz e essencial para melhorar a Assistência Social. Isso fortalecerá o suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social, tanto em situações de emergência quanto em contextos de necessidade contínua, promovendo assim uma melhoria significativa na qualidade de vida dos cidadãos do município.

18 DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante da fundamentação exposta neste documento, concluímos não apenas pela viabilidade da contratação, mas também por sua necessidade, eis que os objetos previstos neste Estudo Técnico Preliminar são essenciais para atender às demandas administrativas e, por conseguinte, ao interesse público. Eles são essenciais para satisfazer as necessidades e expectativas da comunidade, assegurando que os serviços públicos sejam prestados com eficácia e transparência, beneficiando diretamente a população em geral.

Os dados apresentados confirmam que este Estudo Técnico Preliminar demonstra a viabilidade e a necessidade da contratação da solução para adquirir os materiais supramencionados. Os respectivos materiais serão destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST. Esta medida busca assegurar qualidade, segurança e eficiência no atendimento dos serviços aos munícipes, garantindo excelência na capacidade de resposta imediata às situações críticas de assistência social.

Cacoal/RO, 13 de janeiro 2026.

RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
HELOIZA GABRIELI N. LENZI KAWAI
ASSESSOR TÉCNICO EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS
MATRÍCULA Nº 10817

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
ELAINE CRISTINA UBEDA
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS – NFP
MATRÍCULA Nº 5697





AO QUE FOI DISCORRIDO NO PRESENTE PROSPECTO.

O SIGNATÁRIO COMPETENTE APROVA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TENDO EM VISTA QUE SE ENCONTRAM SUBSIDIADAS AS INFORMAÇÕES INERENTES A DEMANDA PLEITEADA, RESTANDO EVIDENTE SUA VIABILIDADE.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

GILDEON ALVES DA CRUZ

SECRETÁRIO MUN. DE ASSIS. SOCIAL E TRABALHO - INTERINO - SEMAST.

DECRETO N. 10.538/PMC/2025.

